

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1º semestre de 2026



DAUX

Sociedade de Crédito Direto S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Daux Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia” ou “Daux SCD”), relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2026.

As informações, são expressas em moeda corrente nacional e foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, associadas às normas do Banco Central do Brasil - BCB, quando aplicável.

A Daux SCD com sede e foro em Lins, estado de São Paulo, localizada na Rua Floriano Peixoto, 1777, Sala 04, CEP 16400-101, é uma empresa de capital fechado, registrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o número 34.846.868/0001-29, estruturada organizacionalmente para atender ao seu “Core Business”, que é trabalhar seus recursos financeiros através de instrumentos devidamente regulamentados, de modo a utilizá-los de forma otimizada, rentável e ética.

O escopo de atuação da Daux SCD é financeiro, por meio de concessão de crédito para pessoas físicas na modalidade de Empréstimo Pessoal o que pode ser observado em sua carteira que, em 30 de junho de 2026, detinha 100,00% de sua composição em negócios com esse público.

A Daux Sociedade de Crédito Direto S.A., não possui Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A Diretoria Executiva é composta de, no mínimo, dois e, no máximo, seis diretores, sendo um Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, acionistas ou não, com mandato de 36 (trinta e seis) meses, permitida a reeleição.

No decorrer do primeiro semestre de 2026, destacam-se os seguintes acontecimentos relevantes para a instituição:

- A empresa contratada no segundo semestre de 2025 para a prestação de serviços contábeis e elaboração de todos os CADOCs necessários à companhia não apresentou desempenho satisfatório. Em março de 2026, o contrato foi rescindido, passando a contabilidade e a elaboração dos CADOCs a serem conduzidas pela nossa equipe.
- Em maio de 2026, foi realizada a substituição da empresa responsável pela consultoria e assessoria técnica na revisão dos processos internos.
- Ainda foi contratada a empresa responsável pela auditoria externa referente ao primeiro e ao segundo semestre de 2026.

Essas medidas reforçam o compromisso da administração com a governança, a transparência e a conformidade regulatória, contribuindo para a sustentabilidade e o fortalecimento da instituição no longo prazo.

DESTAQUES MACRO ECONÔMICO E FINANCEIROS

No primeiro semestre de 2026, a economia brasileira apresentou trajetória de desaceleração gradual, em linha com a política monetária ainda restritiva e com a moderação do crescimento global. As projeções de mercado indicam expansão do PIB em torno de 1,8% a 2,0% no ano, refletindo a perda de fôlego observada no consumo e nos investimentos. No cenário internacional, a manutenção de juros elevados em economias centrais e tensões comerciais pontuais continuaram influenciando os fluxos de capital e o nível de atividade. Ainda assim, o mercado financeiro doméstico manteve relativa resiliência, com desempenho positivo dos ativos de risco e estabilidade cambial. Esse contexto segue demandando cautela na atuação das SCDs.

Crescimento Econômico

A atividade econômica apresentou crescimento moderado no início de 2026, com expansão mais contida nos setores de serviços e indústria, enquanto o agronegócio, após forte desempenho no ano anterior, mostrou acomodação. O mercado de trabalho permaneceu relativamente resiliente, com taxa de desemprego próxima a 7%, ainda sustentando a renda, porém com sinais de desaceleração na criação de novas vagas. O consumo das famílias seguiu pressionado pelo elevado custo do crédito, embora com leve melhora na margem diante das expectativas de redução da taxa básica de juros ao longo do ano.

Inflação e Política Monetária

A inflação apresentou trajetória de desaceleração no primeiro semestre de 2026, com o IPCA convergindo para patamares mais próximos da meta, ainda que com pressões pontuais em serviços e preços administrados. Diante desse cenário, o Banco Central iniciou um ciclo gradual de flexibilização monetária, com redução da taxa Selic a partir dos níveis elevados observados em 2025, acompanhando a melhora das expectativas inflacionárias. Apesar disso, o ambiente segue exigindo prudência, especialmente em função das incertezas externas e do equilíbrio fiscal doméstico.

Inadimplência e Crédito

O ambiente de juros ainda elevados ao longo do período continuou impactando a qualidade do crédito, com níveis de inadimplência permanecendo em patamares elevados, especialmente nas linhas destinadas a pessoas físicas e segmentos de maior risco. Observou-se maior seletividade na concessão de crédito por parte das instituições financeiras, com reforço em políticas de crédito e cobrança. Para as SCDs, esse cenário exige atenção redobrada na origem, monitoramento de carteiras e constituição de provisões, em linha com as melhores práticas prudenciais e regulatórias.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de junho de 2026, o Patrimônio Líquido atingiu R\$ 10.930.634,89 em virtude do lucro acumulado no semestre de R\$ 848.523,12.

GESTÃO DE RISCOS

A Sociedade optou em aderir às regras estipuladas pelo BCB para o segmento S5 que admite uma simplificação no controle de risco. Nosso processo de Gestão de Riscos é compatível com a natureza de nossas operações, com a complexidade dos nossos produtos, serviços, atividades, procedimentos e sistemas, bem como com a dimensão de nossa exposição aos riscos, permitindo o seu adequado gerenciamento.

A Daux SCD, em conformidade com a Circular BCB nº 3.978/2020, adota Avaliação Interna de Risco (AIR) com o objetivo de identificar e mensurar os riscos de utilização de produtos ou serviços, novos e existentes, na prática da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo (LD/FT), tendo assim como direcionar esforços e maior atenção para os que demonstrem uma maior concentração de ocorrência/impacto/perda. Bem como realiza o Relatório Avaliativo de Efetividade da Política de PLD/FT.

OUVIDORIA - CANAIS DE ATENDIMENTO

A Ouvidoria da Daux SCD tem como missão ouvir, mediar e esclarecer demandas, cujas soluções apresentadas não atenderam à expectativa de nossos clientes. Está disponível através discagem gratuita pelo telefone 0800 772-4600 ou (14) 3533-4900 de segunda-feira à sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00, via correspondência pelo endereço: Rua Floriano Peixoto, 1777, Sala 04, centro Lins/SP CEP: 16.400-101 e através do email ouvidoria@daux.net.br. Conforme nosso Relatório de Ouvidoria, no primeiro semestre de 2026 a instituição não recebeu nenhuma demanda através do canal de atendimento da Ouvidoria Interna.

Quanto às demandas recebidas por meio do Sistema de Registro de Demandas do Cidadão (RDR), disponibilizado pelo Banco Central, foram registradas 3 (três) manifestações no período avaliado. Todas as demandas foram devidamente analisadas e tratadas, com respostas encaminhadas de forma clara e objetiva, observando rigorosamente os prazos estipulados pela regulamentação vigente, o que demonstra o comprometimento da instituição com a transparência, a eficiência no atendimento e o respeito ao cidadão. Relatório se encontra disponível em nosso site: <https://daux.net.br/ouvidoria.html>

INDÍCIOS DE ILICITUDES

O Canal de Denúncias, disponível ao público interno e externo, disponível 24 horas por dia em nosso site <https://www.daux.net.br/denuncias>, é uma ferramenta de comunicação segura, transparente, independente e imparcial e, se desejada, anônima, para o reporte de violações ou suspeita de descumprimento de qualquer um dos pontos descritos em nossas políticas e/ou da legislação vigente. No primeiro semestre de 2026 não tivemos nenhuma comunicação de indício de ilicitude nos canais e meios destinados a tal fim. Relatório disponível em nosso site: https://daux.net.br/rel_ilicitude.html

RESPOSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A DAUX SCD adota práticas de responsabilidade socioambiental compatíveis com sua estratégia e com os requisitos regulatórios aplicáveis, promovendo a diversidade, a inclusão, o respeito aos direitos humanos e a prevenção de qualquer forma de discriminação ou trabalho degradante. A instituição também busca mitigar os impactos ambientais decorrentes de suas operações e incentivar condutas sustentáveis entre clientes, parceiros e fornecedores.

Adicionalmente, a DAUX SCD mantém iniciativas de educação financeira voltadas à organização do orçamento, ao uso consciente do crédito, à formação de poupança e à prevenção ao inadimplemento, em consonância com boas práticas de cidadania financeira.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento das regulamentações vigentes a Daux SCD é auditada pelas instituições abaixo:

- **Mais Auditores Independentes**

Realiza a auditoria interna, analisando os procedimentos de controles da companhia, sua complexidade e atividades econômicas.

- **Approach Auditores Independentes**

Realiza a auditoria independente (auditoria externa) das demonstrações financeiras e contribui para maior transparência nas ações da cooperativa.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Daux Sociedade de Crédito Direto S.A. declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as informações financeiras relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2026.

PARTES RELACIONADAS

A Daux SCD mantém uma relação contratual com outra empresa pertencente aos mesmos acionistas, a Lojas Tanager Ltda. CNPJ 51.663.763/0001-53 que atua como agente de processamento e armazenagem de dados, compartilhamento de espaço físico e de funcionários.

Todas as operações entre partes relacionadas são realizadas com taxas compatíveis com a natureza, os prazos e os riscos de transações similares em condições de mercado.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, parceiros e colaboradores pelo empenho e dedicação, e aos nossos clientes pela confiança que nos impulsiona a evoluir continuamente. A todos, o nosso sincero muito obrigado.

Lins/SP, 28 de agosto de 2026.

Marco Andrei Martins Domingues
Diretor Presidente

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A
Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
Em reais

Ativo	Nota Explicativa	06/2026	12/2025	Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	06/2026	12/2025
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.443	21.905	Fornecedores		20.154	32.089
Títulos e valores mobiliários	5	4.177.890	2.801.264	Impostos e contribuições a recolher	7.1	695.225	531.871
Operações de crédito				Salários e encargos a pagar	7.2	339.292	389.247
Operações de crédito	6	10.944.215	9.950.094				
(-) Provisão p/ crédito liq. duvidosa		(3.258.186)	(1.839.089)	Total do passivo circulante		1.054.671	953.207
Outros créditos		77.024	80.451				
Total do ativo circulante		11.951.386	11.014.625	Patrimônio líquido			
				Capital social	8	10.000.000	10.000.000
				Lucros (Prejuízos) acumulados	9	930.635	82.112
Não circulante				Total do patrimônio líquido		10.930.635	10.082.112
Intangível		33.920	20.694				
Total do ativo não circulante		33.920	20.694				
Total do ativo		11.985.306	11.035.319	Total do passivo e patrimônio líquido		11.985.306	11.035.319

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A
Demonstrações do Resultado e Resultado Abrangente em 30 de junho de 2026 e 2025
Em reais

	Nota Explicativa	06/2026	06/2025
Receita da intermediação financeira			
Operações de crédito	10.1	5.723.931	2.044.933
Títulos e valores mobiliários	10.2	183.257	165.781
Prestação de outros serviços		387.790	74.340
Outras receitas operacionais		71.086	
		6.366.064	2.285.054
Despesa de intermediação financeira			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	12	(3.258.186)	(1.180.472)
		(3.258.186)	(1.180.472)
Resultado líquido da intermediação financeira		3.107.878	1.104.582
Outras receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas	12	(785.303)	(672.868)
Despesas tributárias	12		(1.125)
Outras despesas operacionais	12	(242.683)	(92.380)
		(1.027.986)	(766.373)
Resultado operacional		2.079.892	338.209
Resultado não operacional			
Receitas não operacionais			96.370
Despesas não operacionais		(3.425)	
		(3.425)	96.370
Resultado antes do impostos de renda e contribuição social e participação nos lucros		2.076.467	434.579
Imposto de renda - corrente	11	(861.306)	(234.308)
Contribuição social - corrente	11	(366.638)	(88.975)
Prejuízos (lucro) líquidos - antes da reversão dos juros ao capital incluídos em outras despesas operacionais		848.523	111.296
Prejuízos (lucro) do semestre/período		848.523	111.296
<u>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE</u>		06/2026	06/2025
Prejuízo (lucro) do exercício		848.523	111.296
Outros componentes do resultado abrangente			
Total do resultado abrangente do exercício		848.523	111.296

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 30 de junho de 2026 e 2025
Em reais

	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>Capital</u> <u>Social</u>	<u>Lucros (Prejuízos)</u> <u>Acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2024		<u>5.000.000</u>	<u>(960.969)</u>	<u>4.039.031</u>
Resultado do período			111.296	111.296
Integralização de Capital Social		<u>5.000.000</u>		
Em 30 de junho de 2025		<u>10.000.000</u>	<u>(849.673)</u>	<u>9.150.327</u>
Resultado do período			<u>931.785</u>	<u>931.785</u>
Em 31 de dezembro de 2025		<u>10.000.000</u>	<u>82.112</u>	<u>10.082.112</u>
Resultado do período			<u>848.523</u>	<u>848.523</u>
Em 30 de junho de 2026		<u>10.000.000</u>	<u>930.635</u>	<u>10.930.635</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Daux Sociedade Crédito Direto S/A
Demonstrações dos fluxos de caixa em 30 de junho de 2026 e 2025
Em reais

	<u>06/2026</u>	<u>06/2025</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	848.523	111.296
Provisão para operações de crédito	1.419.097	625.382
Depreciações e amortizações	5.543	4.997
	<u>2.273.163</u>	<u>741.675</u>
(Aumento) diminuição em ativos operacionais		
Títulos e valores mobiliários	(1.376.626)	(3.589.775)
Operações de crédito	(994.121)	(2.496.964)
Outros créditos	3.427	(72.411)
Outros valores e bens		1.020
	<u>(2.367.320)</u>	<u>(6.158.130)</u>
Aumento (diminuição) em passivos operacionais		
Fornecedores	(11.935)	19.364
Impostos e contribuições	163.354	210.215
Salários e encargos a pagar	(49.955)	155.729
	<u>101.464</u>	<u>385.308</u>
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>7.307</u>	<u>(5.031.147)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo intangível	(18.769)	
Caixa líquido das atividades de investimento	<u>(18.769)</u>	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Novas integralizações de capital		5.000.000
Caixa líquido das atividades de financiamento		<u>5.000.000</u>
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	<u>(11.462)</u>	<u>(31.147)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	21.905	45.002
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	10.443	13.855
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	<u>(11.462)</u>	<u>(31.147)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

Em reais

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A DAUX SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A, é uma sociedade anônima de capital fechado cujo produto principal é o crédito ao consumidor do varejo pessoa física, fundada em 12/09/2019, tem sede e foro jurídico na Cidade de Lins, no Estado de SP, na Avenida Floriano Peixoto, número 1.777, sala 04, Jardim Ariano.

Durante o exercício social de 2024, a Companhia alterou sua razão social de Tanger Sociedade de Crédito Direto S/A para Daux Sociedade de Crédito Direto S/A, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2023. Esta mudança foi devidamente registrada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Jucesp, sob o número de 83.857/24-2 em 27 de fevereiro de 2024. O Banco Central através do ofício 1980/2024-BCB/Deorf/GTSP1 autorizou a mudança de denominação social da Daux SCD e a alteração do estatuto social dessa instituição.

Essa alteração não afeta as atividades operacionais ou a estrutura de capital da empresa, sendo apenas uma atualização da denominação social. Todos os contratos, acordos e obrigações previamente estabelecidos em nome da antiga razão social foram alterados para nova razão social com aditivos para os contratos de terceiros.

A empresa tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Resolução CMN nº 4.656/2018, que dispõe sobre a sociedade de crédito direto e a sociedade de empréstimos entre pessoas e disciplina a realização de operações de empréstimos e de financiamentos entre pessoas por meio de plataforma eletrônica, alterada pela Resolução CMN nº 5.050/2022 e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que disciplina os requisitos e procedimentos para a autorização de constituição e funcionamento, do Conselho Monetário Nacional, pela Lei nº 6.404/1976, que dispõe sobre sociedades por ações.

A DAUX SCD tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio;
- (ii) Prestação de serviços de análise de crédito e cobrança, bem como atuação como representante na distribuição de seguros relacionados as operações mencionadas no item (i); e
- (iii) Participação no capital de outras sociedades como sócio ou acionista, exceto instituições financeiras.

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

Em reais

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 28/08/2026.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis. A Administração da Companhia monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

Em conformidade com a regulação do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional, para o exercício corrente destacam-se as seguintes normas aplicáveis:

- A Resolução CMN nº 4.910/2021 (na forma alterada pela Resolução CMN nº 5.067/2023) disciplina a prestação de serviços de auditoria independente para instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Banco Central.
- A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 continuam vigentes e definem critérios para elaboração e remessa de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive segundo padrão contábil internacional (IFRS) para instituições sujeitas à supervisão do BCB.
- A Instrução Normativa BCB nº 236 de 2022, que consolidava procedimentos de remessa de demonstrações financeiras ao Banco Central (CDSFN), foi revogada e substituída pela Instrução Normativa BCB nº 601, de 27 de março de 2025.
- A Resolução CMN nº 4.817/2020 permanece em vigor, estabelecendo critérios contábeis para investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, inclusive no exterior.
- Em face dessas normas, destacam-se os seguintes impactos principais:
 - i) no Balanço Patrimonial, as contas ficam organizadas com base na liquidez e exigibilidade;
 - ii) na Demonstração do Resultado, exige-se a apresentação de todos os grupos

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

Em reais

contábeis relevantes para compreensão do desempenho no período;
iii) divulgação obrigatória da Demonstração do Resultado Abrangente (DRA);
iv) as demonstrações devem ser apresentadas de forma comparativa, com os valores correspondentes ao exercício social imediatamente anterior.

A Companhia efetuou uma avaliação preliminar dos impactos decorrentes dessas normas atualizadas. Quaisquer ajustes decorrentes da conclusão dessa avaliação serão considerados dentro do prazo de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a companhia continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Tendo em vista a experiência da companhia no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, Resoluções do Conselho Monetário Nacional e Normativos do Banco Central do Brasil.

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso da receita bruta.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

Em reais

informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo intangível, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

Em reais

A principal mudança na provisão de crédito é a transição de um modelo reativo para um proativo. Antes, a provisão era feita apenas após a perda, mas agora se baseia na perda esperada ao longo da vida do contrato, usando modelos preditivos. Isso alinha ao padrão internacional IFRS 9, dividindo as operações em três estágios de risco para uma provisão mais precisa e antecipada. As Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023 detalharam essa implementação.

h) Depósitos à vista, sob aviso e a prazo

Os depósitos pós e pré-fixados estão atualizados até a data do balanço pelos índices contratados.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

k) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

l) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a sociedade tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

Em reais

saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Companhia tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos (se houver). Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido quando for o caso. Nesse caso o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

Impostos correntes

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro real trimestral.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do período.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

Em reais

impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com os prazos inferiores a 360 dias são classificados no circulante e aqueles com prazos superiores, no não circulante.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

A diretoria considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão, não havendo eventos que requeiram ajustes em suas demonstrações contábeis.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

	<u>06/2026</u>	<u>12/2025</u>
Caixa e depósitos bancários	(a) <u>10.443</u>	<u>21.905</u>
	<u>10.443</u>	<u>21.905</u>

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

Em reais

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI à taxa de 100% do CDI. A aplicação automática refere-se à aplicação padrão do Santander (Contamax), utilizada para movimentação e resgate financeiro.

Esses títulos possuem seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustado pelo valor de mercado, sendo este ajuste lançado em conta específica do resultado do exercício.

Instituição	Tipo de aplicação	06/2026	12/2025
Banco Santander	Aplicação Automática	4.092	10.000
Banco Itaú	Aplicação Automática	62.448	38.160
Banco Santander	Renda Fixa	2.135.538	1.290.312
Banco Bradesco	CDB	1.975.812	1.462.792
Total		4.177.890	2.801.264

6 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	06/2026	12/2025
Empréstimos e direitos creditórios descontados	10.944.215	9.950.094
Total de Operações de Crédito	10.944.215	9.950.094
(-) Provisões para Operações de Crédito	(3.258.186)	(1.839.089)
Total	7.686.029	8.111.005

A carteira é composta por operações de empréstimo, de financiamento tomados por pessoas físicas, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio.

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

Em reais

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021:

<u>ATIVOS NÃO PROBLEMÁTICOS</u>	<u>DIAS EM ATRASO</u>	<u>TOTAL</u>	<u>PERDA ESPERADO</u>	<u>PERDA INCORRIDA</u>	<u>ADICIONAL</u>
	0 a 14	6.131.798	116.504		12.737
	15 a 30	392.945	29.471		3.812
	31 a 60	293.298	43.995		4.287
	61 a 90	302.509	114.953		4.507
		7.120.550	304.923		25.343
<u>ATIVOS PROBLEMÁTICOS</u>	<u>DIAS EM ATRASO</u>	<u>TOTAL</u>	<u>ADICIONAL</u>	<u>PERDA ESPERADA</u>	<u>ADICIONAL</u>
ADIMPLIDO		69.873	2.299	34.937	1.030
		69.873	2.299	34.937	1.030
GRUPOS DE VENCIMENTO	0 a 30	532.413	41.573	266.207	7.986
	31 a 60	336.994	11.458	179.955	5.055
	61 a 90	311.385	10.587	176.867	4.671
	91 a 120	278.583	9.472	167.707	4.179
	121 a 150	294.896	10.026	187.554	4.423
	151 a 180	163.372	5.555	109.459	2.451
	181 a 210	212.395	7.221	149.526	3.186
	211 a 240	205.507	6.987	151.664	3.083
	241 a 270	109.017	3.707	84.161	1.635
	271 a 300	94.641	3.218	76.281	1.420
	301 a 330	90.213	3.067	75.779	1.353
	331 a 360	86.262	2.933	75.393	1.294
	361 a 390	105.339	3.582	95.648	1.580
	391 a 420	113.492	3.859	106.908	1.702
	421 a 450	66.759	1.602	65.157	
	451 a 665	752.524		752.523	
		3.753.792	124.847	2.720.789	44.018

c) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

	06/2026	
<u>Descrição</u>	<u>Empréstimos/ TD</u>	<u>% da Carteira</u>
Pessoa Física	10.944.215	100%

d) Composição da provisão para crédito de liquidação duvidosa:

<u>Descrição</u>	06/2026	12/2025
Saldo inicial	1.839.089	544.508
Constituições	15.842.743	1.839.089
Reversões	(14.423.646)	(544.508)
	3.258.186	1.839.089

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

Em reais

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	% Carteira		% Carteira	
	06/2026	Total	12/2025	Total
Maior Devedor	79.359	0,73%	48.012	0,48%
10 Maiores Devedores	330.266	3,02%	268.080	2,69%
50 Maiores Devedores	817.492	7,47%	699.283	7,03%

7 OUTRAS CONTAS A PAGAR

7.1 Impostos e Contribuições a Recolher

Instituição	06/2026	12/2025
INSS a recolher	8.204	12.339
FGTS a recolher	1.156	2.544
IRRF a recolher	6.946	9.189
PCC a recolher	2.815	2.157
COFINS a recolher	28.951	29.309
IRPJ a recolher	427.613	336.613
CSLL a recolher	208.235	123.459
Outros	11.305	16.261
Total	695.225	531.871

7.2 Salários e Encargos

Instituição	06/2026	12/2025
Provisão de férias e encargos	33.454	32.118
Pro labore a pagar	11.835	11.835
Salários e encargos a pagar	7.817	14.102
Convênios a pagar	278.986	331.192
Outras Provisões	7.200	
Total	339.292	389.247

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

Em reais

8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

	<u>06/2026</u>	<u>12/2025</u>
Capital subscrito	10.000.000	10.000.000
Valor da ação (em reais)	10	10

O Capital Social da Companhia em 30 de junho de 2026 é composto por 1.000.000 (um milhão) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ao preço de emissão de R\$ 10,00 cada, totalizando R\$ 10.000.000,00 divididos como segue:

	<u>Participação %</u>	<u>Cotas</u>	<u>06/2026</u>
EDMMD Participações Ltda.	25,00%	250.000	2.500.000
Ried Participações Ltda.	<u>75,00%</u>	<u>750.000</u>	<u>7.500.000</u>
	<u>100,00%</u>	<u>1.000.000</u>	<u>10.000.000</u>

Conforme estatuto social, cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

9 LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS

Lucros (Prejuízos) acumulados	<u>06/2026</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	82.112
Resultado do período	<u>848.523</u>
Saldo em 30 de junho de 2026	<u>930.635</u>

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

Em reais

10 RECEITAS OPERACIONAIS

10.1 Receitas de operações de crédito

	<u>06/2026</u>	<u>06/2025</u>
Rendas de empréstimos	3.559.059	1.304.445
Juros de mora de empréstimos	325.783	195.980
Operações de Crédito	<u>1.839.089</u>	<u>544.508</u>
	<u>5.723.931</u>	<u>2.044.933</u>

10.2 Receitas com títulos e valores mobiliários e aplicações

	<u>06/2026</u>	<u>06/2025</u>
Rendas de títulos de renda fixa	11	5
Aplicações em fundos de investimento	<u>183.246</u>	<u>165.776</u>
	<u>183.257</u>	<u>165.781</u>

11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20.000,00 no mês para imposto de renda e 12% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, conforme lei complementar 224 de 2025 passando a vigorar em 01 de abril de 2026, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

Em reais

	06/2026		06/2025	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado do exercício	2.079.894	2.079.894	334.903	334.903
(+) Adições	3.258.186	3.258.186	1.208.155	1.208.155
(-) Exclusões	(1.842.758)	(1.842.758)	(554.450)	(554.450)
(-) Compensação	-	-	-	-
Base de cálculo	3.495.322	3.495.322	988.608	988.608
Alíquota máxima	25%	12%	25%	9%
Impostos apurados	861.831	419.439	235.152	88.975
(-) PAT	(525)		(844)	
Ajustes nos tributos		(52.801)		
Tributos no resultado do exercício	<u>861.306</u>	<u>366.638</u>	<u>234.308</u>	<u>88.975</u>

No tocante ao regime tributário adotado pela companhia, a Daux Sociedade de Crédito Direto S/A se utiliza das alíquotas básicas conforme legislação vigente ao regime do lucro real por ausência de previsão legal para sociedades do setor financeiro enquadradas no segmento S5 da regulação prudencial do Banco Central do Brasil.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre a Daux Sociedade de Crédito Direto S/A, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

12 DESPESAS OPERACIONAIS

	06/2026	06/2025
Despesas Administrativas		
Ordenados e salários	(175.620)	(247.875)
Honorários Diretoria	(89.046)	(84.006)
Serviços de Terceiros	(125.855)	(57.354)
Despesas de Viagem no País		(1.481)
Serviços do Sistema Financeiro	(151.635)	(56.267)
Materiais de Escritório	(2.281)	(1.904)
Amortização intangível	(5.543)	(4.997)
Processamento de Dados	(232.526)	(211.975)
Outras Despesas Administrativas	<u>(2.797)</u>	<u>(7.009)</u>
Despesas Administrativas	(785.303)	(672.868)

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

Em reais

Outras despesas operacionais		
Outras despesas operacionais	(242.683)	(92.380)
Despesas tributárias		(1.125)
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais		
Provisões para operações de crédito	(3.258.186)	(1.180.472)
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais	(3.258.186)	(1.180.472)
Despesas Operacionais	<u>(4.286.172)</u>	<u>(1.946.845)</u>

13 RELATÓRIO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO CENTRALIZADO DE RISCOS E DE CAPITAL DO SISTEMA DE SOCIEDADE DE CRÉDITO DO BRASIL (DAUX) Junho de 2026

Apresentação

I. Aprimorando a harmonização, a integração e a racionalização de processos, e baseado no princípio de organização sistêmica, a Daux utiliza estruturas centralizadas de gerenciamento de capital e dos riscos operacional, de mercado, de liquidez e de crédito.

II. A alocação racionalizada de recursos, a definição de responsabilidades e de processos integrados e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos e de capital conferem mais transparência, eficácia e tempestividade às atividades da entidade.

III. Na Daux, as estruturas centralizadas de gerenciamento de riscos e de capital são compatíveis com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos da entidade.

IV. A implantação das estruturas centralizadas não desonera a entidade da Daux de suas responsabilidades pela gestão de riscos e de capital, na forma da regulamentação aplicável.

V. O Conselho de Administração ou, na sua inexistência, a Diretoria da entidade, é responsável pelas informações divulgadas neste relatório.

13.1 Risco Operacional

a) As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política de Gestão Integrada de Riscos que foi aprovada por dois membros da Diretoria Executiva da Daux Sociedade de Crédito Direto S/A em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017 e Resolução CMN 4.926/21.

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

Em reais

b) O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

c) As boas práticas envoltas aos riscos operacionais do negócio encontram-se em fase de desenvolvimento pela companhia para implementação de atividades como avaliação, gerenciamento e monitoramentos dos riscos previstos em Matriz de Riscos e Controles, capacitação de todos os empregados e prestadores de serviços relevantes, infraestrutura de TI que assegura integridade e segurança, critérios de decisão quanto a terceirização e seleção de seus prestadores.

d) A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA), sendo dispensadas deste cálculo as companhias enquadradas no Regime Prudencial Simples (RPS).

13.2 Risco de Mercado e de Liquidez

a) O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções BACEN 4.557/2017, parcialmente alterada pela Resolução CMN 4.926/21.

b) No gerenciamento do risco de mercado estão previstos inicialmente dois eventos que podem vir a ser identificados pela companhia que demandará ações: a) variação das taxas de juros e de preços de ações para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e b) variação cambial e dos preços de mercadoria (*commodities*) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

c) No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar, mensurar e controlar a exposição e/ou mitigação ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de *stress* e planos de contingência.

d) Conforme o artigo 25º da Resolução CMN nº 4.557/2017 (Risco de Mercado), e artigos incluídos pela Resolução CMN nº 4.926/21 a partir de 1 de março de 2022, e o art. 37º da Resolução CMN nº 4.557/2017 (Riscos de Liquidez), a companhia ainda não aderiu à estrutura pois estes temas estão em fase de desenvolvimento.

e) A alocação de capital é dispensada para as companhias enquadradas no Regime Prudencial Simples (RPS).

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

Em reais

13.3 Risco de Crédito

a) O gerenciamento de risco de crédito da companhia objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

b) Conforme Resolução BACEN nº 4.512/2016, a companhia aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito para constituição de provisão para cobertura das perdas associadas aos desembolsos vinculados as garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, de acordo com modelos e práticas reconhecidas em face do risco de crédito.

c) As práticas pertinentes a definição de critérios e procedimentos para o efetivo gerenciamento de risco de crédito compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos/serviços oferecidos e proporcionalidade da dimensão da exposição ao risco de crédito da companhia se encontra em fase de desenvolvimento.

d) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para a Daux, além do monitoramento das carteiras de crédito da companhia.

13.4 Gerenciamento de Capital

a) A estrutura de gerenciamento de capital objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 4.557/2017.

b) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento e controle com objetivo de:

- i. Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as companhias estão sujeitas;
- ii. Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da companhia;
- iii. Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

c) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital da companhia Daux Sociedade de Crédito Direto S/A.

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

Em reais

d) As boas práticas em conformidade com a forma instruída na Resolução CMN 4.557/2017 estão em fase de desenvolvimento pela companhia.

Marco Andrei Martins Domingues
Diretor-Presidente

Michele Madi Ribeiro
Diretora

Orual Alves Garcia
Contador – CRC 094694/O-4

* * *

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

**Demonstrações contábeis referentes ao
período findo em 30 de junho de 2026
e relatório dos auditores independentes**

Approach Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos diretores da

DAUX SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

Lins - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Daux Sociedade de Crédito Direto S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial, em 30 de junho de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individual e condensada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil de acordo com o Pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas, e Resolução CMN 4720/2019, alterada pela Resolução CMN 4818/2020 e atualizações pela Resolução CMN nº 5116/2024, e Resolução CMN nº 5185/2024, aplicáveis às companhias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir

a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a companhia pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

28 de agosto de 2026

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Presidente Prudente, 28 de agosto de 2026.

APPROACH
AUDITORES
INDEPENDENTES S
S:0601721500
0100

Approach Auditores
Independentes S/S
CRC 2SP023119/O-0

Assinado digitalmente por
APPROACH AUDITORES
INDEPENDENTES S
S:06017215000100
ND: C=BR, CN=APPROACH
AUDITORES INDEPENDENTES S
S:06017215000100, L=Presidente
Prudente, O=ICP-Brasil, OU=RFB
e-CNPJ A1, ST=SP
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização:
Data: 2026.08.28 15:15:43-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.3.0

GILBERTO
MOREIRA
SILVA:0974
7686856

Assinado de forma
digital por
GILBERTO MOREIRA
SILVA:09747686856
Dados: 2026.08.28
16:14:30 -03'00'

Gilberto Moreira Silva
Sócio
Contador CRC 1SP197417/O-0